
	<div>Estado de Mato Grosso</div> <div>Assembleia Legislativa</div>	
<div>Despacho</div>		
<div>Autor: Dep. Valdir Barranco</div>		

Suprime o artigo 4º do Substitutivo Integral nº I do Projeto de Lei nº 1821/2023 - Mensagem nº 129/2023.

## JUSTIFICATIVA

Inicialmente, o presente projeto de lei, na verdade entram em colisão com o artigo 3º incisos II, VII, VIII da Carta Estadual e afrontam fatalmente seu artigo 10 “caput”, c/c art. 237, “caput” e inciso I, quando ditam regras e privilégios onde a Constituição não prevê; usurpam a competência da União, adentrando em tema privativo e ainda violam as diretrizes da própria ordem normativa do Estado.

Nessa senda, o art 10 “caput” da Constituição Estadual, JURA que o estado de Mato Grosso e seus municípios assegurarão pela lei ou atos normativos a efetividade plena de todos os direitos e garantias individuais e coletivos mencionados na Constituição federal e tratados que o Brasil faça parte. Vejamos:

*Art. 10. O Estado de Mato Grosso e seus Municípios assegurarão, pela lei e pelos atos dos agentes de seus Poderes, a imediata e plena efetividade de todos os direitos e garantias individuais e coletivas, além dos correspondentes deveres, mencionados na Constituição Federal, assim como qualquer outro decorrentes Constituição do Estado de Mato Grosso do regime e dos princípios que ela adota, bem como daqueles constantes dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte, nos termos seguinte.*

Destarte, diante do pacto federativo e da divisão das competências entre os entes federados, ao criar um novo modelo de escola, avança sobre a competência privativa da união para legislar sobre modelo educacional, criando distinções e privilégios, não albergados pela Carta Magna Federal e que afrontam seus princípios fundamentais.

Nesse sentido, de acordo com a Constituição de 1988, compete privativamente à União dispor sobre as diretrizes e bases da educação nacional (CF/88, art. 22, XXIV). Compete-lhe, ainda, estabelecer normas gerais sobre a matéria, a serem complementadas pelos Estados, no âmbito da sua competência normativa

	<p><b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa</p>	
---	--	---

concorrente.

O art. 1º da LDB erige como fundamentos do sistema escolar brasileiro, dentre outros, os processos formativos abrangidos pelas ORGANIZAÇÕES CIVIS e MOVIMENTOS SOCIAIS, portanto a militarização das escolas não é uma escolha Constitucional. Vejamos a redação do art. 1º, Lei n. 9394/1996:

*Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. § 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias. § 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.*

Note-se que o art. 237, inciso I, da Constituição matogrossense, quando remete ao princípio da simetria estatuído pelo art. 10º, do mesmo Diploma Legal, deixa cristalino que atuação na elaboração das leis e atos normativos referentes à educação deve ter caráter meramente complementar, não podendo inovar com a criação de PROGRAMAS que não sejam análogos aos dispostos pela Constituição Federal e LDB.

O desafio da educação desde a pedagogia de Rousseau é conduzir o indivíduo ao pensamento livre e capaz de criar soluções para nossa sociedade. A política educacional militarizada vai de encontro à liberdade de pensamento e expressão, atrofiando o pensamento dentro dos limites da hierarquia e disciplina militares que pregam a obediência sem o questionamento da ordem.

De que maneira seria possível conformar os princípios de hierarquia e disciplina desenhados na corporação militar com o inciso segundo do artigo 3º da Carta Estadual que objetiva a promoção da pessoa humana com mecanismos que concretizam suas potencialidades com perspectiva de transformação. E também qual o sentido de pleno desenvolvimento da pessoa humana e seu preparo para o exercício da cidadania estabelecidos no caput do artigo 237 da Constituição Estadual?

A Lei Complementar estadual n. 49 de 1º/10/1998 declarou em seu texto o desdobramento do artigo 237 da Carta Estadual e nele não cabe o programa de escola cívico-militares.

No caso em questão, como aliás tem se operado em vários estados brasileiros, a distorção constitucional ocorre com a sutil introdução no sistema legal do conceito de instituição cívico-militar. Necessário observar que a Constituição Federal separou a ordem civil da militar e a Constituição do Estado de Mato Grosso não pode fazer diferente, como, enfim, não fez.

Tampouco há lei federal que crie ou discipline qualquer instituição cívico-militar. A expressão “cívico-militar”, aliás, constou pouquíssimas vezes em nosso ordenamento jurídico ao longo de toda a história republicana, e quase sempre para tratar de atos comemorativos, ou do caráter excepcional de atividades civis no interior de instituições militares.

Em outras palavras, a instalação do regime militar dentro de escolas civis culmina por si só no afastamento da gestão democrática do ensino, o que representa uma violação aos artigos 3º, II, VII e VIII, ao artigo 10, III e, por simetria, ao art. 206, inciso IV da Constituição Federal.

Ante o exposto, solicito o apoio dos meus pares para a aprovação desta emenda supressiva.

	<b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa	
---	--	---

Edifício Dante Martins de Oliveira  
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 28 de Novembro de 2023

**Valdir Barranco**  
Deputado Estadual